

SEXUALIDADE

gênero
e sociedade

Ano XI . n° 20 . maio de 2004

em perspectiva

No final do ano passado, a ilha de Florianópolis, em Santa Catarina, sediou o I Encontro Internacional e II Encontro Nacional de Publicações Feministas. Esses eventos possibilitaram que editores de boletins, revistas e coleções de livros sobre a temática discutissem as dificuldades enfrentadas por essas publicações e articulassem alternativas para sua viabilização e ampliação.

No I Encontro Nacional, em 2002, as reflexões dos participantes apontaram para a necessidade de se criar uma rede — da qual faz parte este boletim —, a fim de integrar essas publicações e ampliar os horizontes de sua divulgação.

Apesar das dificuldades que enfrentam, essas publicações persistem em seu compromisso de trazer temas fundamentais ao debate contemporâneo em torno das questões de gênero, sexualidade e saúde, graças ao apoio que recebem de seus parceiros financiadores.

É neste contexto que este boletim comemora seus 11 anos com novo formato, periodicidade e tiragem. Os artigos, que antes eram encomendados, também poderão ser enviados por pesquisadores interessados em sua divulgação.

Este número traz uma reflexão sobre relações amorosas “inter-raciais”, uma discussão sobre juventude e prevenção da Aids, na resenha, e informes sobre a resolução brasileira apresentada na ONU sobre orientação sexual. Confira!

neste número

DISCURSOS NORMATIVOS E DESEJOS ERÓTICOS **PÁG. 1**

QUAL AIDS? **PÁG. 7**

BRASIL VOLTA ATRÁS E NÃO APRESENTA
À COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU
SUA RESOLUÇÃO SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL **PÁG. 8**

DISCURSOS NORMATIVOS E DESEJOS ERÓTICOS: A Arena das Paixões e dos Conflitos entre “Negros” e “Branços”

Laura Moutinho *

No Brasil, a prática sexual entre “raças” distintas e a miscigenação são tidas como atributos definidores da civilização brasileira.¹ Nelson do Vale e Silva (1987, 1991) e Elza Berquó (1988), em análises de cunho estatístico sobre os padrões sociais que presidem os casamentos “inter-raciais”, destacam, no entanto, que a seleção marital se organiza no país de forma homogâmica em relação a uma série de variáveis, entre as quais a “raça”.

Em minha tese de doutorado (Moutinho, 2001), tomei como ponto de partida o cotejamento daquela representação de nação com as estatísticas realizadas por demógrafos e sociólogos de orientação quantitativa, que destacam: a existência de um padrão marital homogâmico na sociedade brasileira; um percentual relativamente baixo de casamentos “inter-raciais” e, nestes, a predominância do par homem “negro/mulher “branca” no país onde se veicula que a “mulata é a tal”. Um certo paradoxo parece emergir do cruzamento dessas afirmações: no mesmo país que valoriza em diferentes âmbitos a mestiçagem e a “mistura”, parece existir um tabu referido aos casamentos “inter-raciais”. Em um nível, o desejo e o sexo “heterocrômico” são “desejáveis”; em outro nível, ao menos o casamento (e por que não dizer também o sexo e o desejo) aparece como “indesejável”.

Na perspectiva apresentada por Néstor Perlongher, “os agenciamentos do desejo seriam sociais, transindividuais, intersubjetivos. O desejo não ficaria restrito

* Laura Moutinho, doutora em antropologia, é professora visitante do IMS/UERJ e pesquisadora vinculada ao CLAM (IMS/UERJ).

A parte da pesquisa realizada no Rio de Janeiro contou com o apoio do 10º Concurso de Dotações para Pesquisa sobre o Negro no Brasil, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos/Fundação Ford, 1998.

1. Nesta análise, as classificações de “cor/raça” estão grifadas com aspas. Por meio desse procedimento procuro, seguindo a sugestão de Fry (1996), ressaltar que “raça” não deve ser concebida e utilizada de forma unívoca; deve, antes, ser percebida como um conceito científico, histórico e culturalmente construído no interior de uma certa concepção nativa de mundo.

to ao individual subjetivado, mas percorreria tensões de força que atravessam diretamente o campo social” (1987, p. 251). No tema pesquisado, “raça” ou “cor” aparecem como um tensor que mobiliza fluxos libidinais em dimensões paradoxais:

- 1) em um eixo, o desejável (o da representação nacional, grosso modo operado pelo casal homem “branco”/mulher “mestiça”); em outro, o desejo tabu (em geral, referido ao homem “negro” com a mulher “branca”);
- 2) sua constituição atravessa como um *continuum* o corpo social: mobiliza desde uma argumentação “racista” e “exótica”, até a que arregimenta valores “modernos” e “igualitários”;
- 3) o vetor “cromático”, articulado às assimetrias de gênero, opera sentidos e significados eróticos do caleidoscópio social de forma singular.

Os estudos sociológicos de cunho quantitativo apontam que existe na sociedade brasileira um menor número de homens em relação ao de mulheres (Silva, 1987; Berquó, 1988). Embora o aspecto demográfico influencie nos padrões de conjugalidade, outros fatores são de extrema relevância na sua dinâmica. Entre os argumentos demográficos que interessam a esta análise, cabe destacar que esses estudos apontam para um crescimento da população que se declara “parda” (Silva, 1987; Berquó, 1988); que, entre os grupos de “cor”, somente no “branco” há um excedente de mulheres em relação aos homens; nos demais registra-se o oposto (Berquó, 1988); e que há uma tendência, enfatizada por Berquó, de o excedente de mulheres “brancas” se unir ao excedente de homens “pretos” e “pardos”. Tal tendência surpreende, pois “é de estranhar que justamente as mulheres pretas que contam com um excedente de homens pretos, exatamente na faixa etária mais favorável às uniões, acabem por ter menores chances de encontrar parceiros para casar. Nossa hipótese é de que o excedente de mulheres brancas na população deve levá-las a competir, com sucesso, com as pardas e pretas, no mercado matrimonial” (1988, p. 79).

Essa questão chama a atenção para a lógica de gênero que pretendo aqui destacar. Ao contrário de outros autores, Berquó concede preponderância à disputa entre mulheres: seus dados indicam que “mulheres brancas” competem com sucesso nesse mercado com as “pretas e pardas”, concedendo um lugar ativo às mulheres tanto em relação à disputa por homens quanto ao próprio processo miscigenador — compreendido através do casal homem “negro”/mulher “branca” e, se nos ativermos à chave do “braqueamento”, veremos que será a mulher — e não o homem — o elemento preponderante nessa relação, no que tange à “cor”. Além desses aspectos, outro dado salta aos olhos: “a solidão da mulher negra”.

Essas questões são significativas porque põem em relevo o que Roger Bastide e Florestan Fernandes (1959) nomearam de “batalha das cores”, embora não promovam exatamente uma “ideologia de macho”, mas talvez de “fêmeas”, para me ater aos termos dos autores. Ressalto esse aspecto porque ele me parece relevante nas narrativas dos entrevistados. De acordo com meu material de campo, pude perceber que as trocas de acusações entre os sexos e “cores” são, em primeiro lugar, algo central na arena política daqueles que lutam contra a discriminação “racial”, pondo à descoberto, nesse sentido, um drama. Em segundo lugar, essa lógica não se atém a esse universo: trata-se de um drama mais agudo que aflige as mulheres “negras”, “morenas” e “mulatas” de modo geral, como veremos a seguir

Dramas e conflitos do desejo: entre a paixão política e o desejo erótico

Minha primeira incursão no tema dos relacionamentos afetivo-sexuais entre “brancos” e “negros” ocorreu na minha dissertação de mestrado, que incluía entrevistas com líderes do movimento negro. Naquele momento, embora esse não fosse meu tema, deparei-me com várias narrativas de mulheres

“negras”, que se incluíam entre aqueles que haviam construído (ou “reconstruído”, de acordo com a fala dos entrevistados na época) o movimento negro em fins da década de 70. Naquelas narrativas, chamou-me a atenção a diferença entre os discursos dos homens e das mulheres: o discurso masculino se atinha às questões públicas, enquanto o das mulheres focalizavam, além da sua atuação pública, seus dramas afetivo-sexuais, família e maternidade.

Inicialmente não tinha a intenção de discutir a questão no âmbito da militância, mas uma nova forma de atuação política havia surgido em fins da década de 90: o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC). Como parte da minha rede estava vinculada às universidades em que trabalhava e estudava, consegui informantes nesses espaços, onde também me encontrei com esse “novo” (talvez se possa dizer assim) tipo de militância. O PVNC tem permitido a entrada de um novo público nas universidades públicas e particulares. Esses “novos bacharéis”,² ao acederem às universidades, acalentam a chance de um futuro promissor, proporcionado pelo diploma de terceiro grau. Com o ingresso na universidade, entretanto, esses rapazes e moças estão também acenando com novas chances para o mercado matrimonial, dos afetos e prazeres.

Vejamos a seguir de que forma um jovem rapaz se expressa nesse sentido. **Kiko** será o personagem que, por conta de sua inserção e trajetória paradigmáticas, escolhi para nos guiar na análise do drama de conciliar projetos políticos às escolhas afetivo-sexuais. Trata-se da dificuldade de enquadrar o próprio desejo em um projeto político de combate à discriminação, no qual os relacionamentos afetivo-sexuais “heterocrômicos” emergem como algo de relevância capital na arena política.

Kiko é “negro”, tem 21 anos, mora na Baixada Fluminense, é egresso do PVNC e, como outros com quem conversei, continua ligado ao “movimento”: ministra aulas, recruta seus professores para as aulas sobre cidadania, organiza os alunos que ingressaram na universidade onde estuda (está matriculado em um curso de grande prestígio) de modo a manter e solidificar a rede de solidariedade iniciada no PVNC. Considera-se “namoradeiro”, mas diz que “respeita” muito as meninas com quem “sai”. Acha que age assim por “machismo”, por “ser novo”, e que “deve sair com muitas garotas e não ter realmente relação séria”. Seu recorde de tempo de namoro foram oito meses, com uma menina “branca”, que conheceu na faculdade.

Conta que certa vez arranhou uma namorada que “não era do convívio” do grupo do PVNC e que as “pessoas olhavam de cara feia para ela... até hoje as pessoas não gostam dela”. Mas titubeou em dizer que era porque a menina era “branca”. Afirmou que o problema era “o convívio”: a menina não pertencia ao grupo; “não tinha nada a ver com cor”.

Kiko se expressava muito bem e era bastante articulado. Dissertou com facilidade e eloquência sobre vários assuntos. Ao falar de seus relacionamentos afetivo-sexuais “heterocrômicos”, entretanto, foi reticente. Era explícito que seu compromisso com a militância o impedia de relatar casos em que as reações de colegas com suas opções amorosas pudessem ser lidas como “racistas”, assim como sua dificuldade de enquadrar o próprio desejo erótico-afetivo. Foi difícil “arrancar” algo do entrevistado nesse sentido. Diferenciar mulheres “brancas” de mulheres “negras”, falar sobre prós e contras nesse âmbito, ia de encontro à sua própria postura política. Passou toda a entrevista se equilibrando na corda bamba que articulava desejo, sua popularidade na faculdade e com as garotas, e seu compromisso político vivenciado a partir de sua inserção no PVNC.

Kiko diz que “não tem preferência” e que “não nota diferenças entre mulheres brancas e negras”. Possui, porém, uma posição política clara quando o drama do “racismo” e da discriminação focaliza o campo dos afetos. Nesse sentido, ele afirma:

2. “Novos Bacharéis” é o título do artigo de Yvonne Maggie (2001) sobre o PVNC.

Uma coisa engraçada é que a mulher branca está relacionada a status, principalmente para o homem negro. Muitas pessoas que conseguiram ascensão social tiveram mulheres brancas, na maioria das vezes loira [...] a mulher branca, a mulher loira é sempre relacionada a status. Eu detesto isso. Eu sempre tento tirar esse estereótipo das pessoas que querem sair com mulher branca, com mulher loira... quer sair sim, tudo bem, mas com aquela menina que eu admiro e gosto muito e não por interesse em ascensão. Mas é claro que as pessoas que são conscientes têm esse preconceito... homem negro não pode sair com mulheres brancas e vice-versa.

Sua narrativa revela um aspecto que de certa forma está presente em toda a literatura sobre o tema que vincula os relacionamentos afetivo-sexuais à ascensão social. Vejamos com cuidado sua fala: pessoas que ascenderam (se referia aos homens “negros”) “tiveram mulheres brancas”. Em suma, de forma similar aos autores que analisei na tese — vide o “mulato bacharel” de Freyre (1968) — tais relações, antes de serem representadas primordialmente como algo que promove a ascensão social, estão referidas à manutenção de um status anteriormente adquirido. Além disso, a fala de Kiko evidencia que uma das faces da discriminação é a valorização da mulher “branca” em detrimento da “negra”. Também nesse sentido sua fala se afina com a de outros autores clássicos, que denunciam o caráter discriminatório do desejo do homem “negro” pela mulher “branca”.

Em sua narrativa, a tensão em torno do desejo erótico, da aquisição de um atributo de status (a mulher “branca”) e do controle que o grupo busca exercer fica bastante evidente:

L: *Conscientes?*

K: *Conscientes da questão racial. No sentido de saber que existe racismo, saber que existe discriminação, a gente tem uma discriminação, ela aparece no caso de um homem negro sair com uma mulher branca. Então, as pessoas que são conscientes da questão racial, elas discriminam, acham que não deve acontecer. Porque se você está procurando aquilo é porque [...] a mulher branca é o sinônimo de beleza.*

A valorização da mulher “negra”, assim como uma relativização do padrão de beleza feminino “branco”, é algo contra o qual o próprio rapaz luta. Para ele mesmo, a questão se evidencia como tensa. Vejamos sua narrativa sobre como ele tenta se equilibrar entre seu próprio desejo erótico-afetivo e sua posição política:

Eu acho que existe uma construção do homem, que é aquela coisa da mulher branca, que é melhor que a negra, que é o padrão de beleza que a gente tem, que é o europeu. A mulher branca é a que deve ser procurada antes, então se três meninas estiverem sendo paqueradas, independente de se você é homem negro ou branco, vai achar que a mulher branca é a melhor das três ou a mais clara, porque quanto mais clara a pele melhor. Eu tento tirar esse padrão de beleza [...] que eu não posso falar que eu não tenho esse tipo de padrão, mas que eu procuro não ter, eu procuro, sim.

E expressa clareza acerca das dificuldades da mulher “negra” no mercado dos afetos, mesmo sem ter lido os textos de Elza Berquó: “[...] tem aquela coisa da mulher exuberante... a mulher negra bonita, mulher cobiçada... a mulher branca padrão é legal, mas a negra tem que ser mais do que o padrão. Tem que ser supergrande”.

Acerca deste último ponto, Costa Pinto (1953) acenou com uma interpretação interessante sobre os concursos promovidos pelo Teatro Experimental do Negro para eleger a “Rainha das Mulatas” e a “Boneca

de Pixe”. Na perspectiva do autor, os concursos de beleza “negra”, mais que tentar atingir as mulheres, visavam sensibilizar os próprios “homens de cor”. Em suas palavras, “destacar as qualidades estéticas da mulher do seu próprio grupo étnico” [...] despertar nele o interesse pela mulher de cor” (p. 287).

Quando realizei trabalho de campo para minha dissertação de mestrado, pude colher narrativas acusatórias de antigas militantes vinculadas ao movimento negro acerca da preferência afetivo-sexual dos homens do movimento que, apesar da militância política, acabavam se envolvendo com mulheres “brancas”. As escolhas políticas e ideológicas marcavam seu projeto afetivo e familiar, algo com que os homens pareciam lidar de forma diferenciada, estabelecendo um maior distanciamento entre os projetos públicos e privados.

Os dilemas produzidos pelo tenso equilíbrio entre estar afinado com certa ideologia política e os imperativos do desejo não são exclusividade dos militantes ligados à discriminação “racial”. Um dilema que me remete à fala do sociólogo Herbert Daniel acerca de sua experiência como militante de esquerda, participante da luta armada na década de 70. Suas palavras exprimem com dramaticidade um conflito que possui analogias com aqueles que estou tratando de analisar neste artigo:

[...] Depois da derrota, saí para o exílio, donde voltei em 81. Pensei muito na derrota, principalmente porque vivi anos duplamente clandestino: uma das clandestinidades me registrava numa minoria que parecia afrontar o sexo com que fui registrado. Ser homossexual, o que é isso? Na época da guerrilha, sexo era assunto “pessoal”, não era “político”. A separação entre pessoal e político, entre público e privado, é uma das bases da ética de toda política conservadora. A esquerda, adotando essa ética conservadora, pensando de uma certa forma o poder, pensou um corpo abstrato, “socialista”, onde o sexo era uma tecnologia a serviço da procriação, ou só procriação de um prazer conformado a preconceitos (apud Câmara, grifo meu, 2000, pp.12-13).

Guardadas as diferenças históricas, vemos que na luta política contra as desigualdades sociais diversos tipos de corpos, de prazeres e de poder são articulados. O corpo e o sexo, negados pela ideologia da “esquerda” da década de 70, vêm (re)aparecer nas décadas seguintes multifacetados pelas clivagens feministas, gays, “raciais”, entre outras. Porém, nas entrevistas que realizei com “antigos” líderes do movimento negro e mesmo em alguns trabalhos (Maués, 1991; Costa Pinto, 1953; Ramos, 1956) pude perceber que, ao “corpo abstrato e socialista” da esquerda tradicional, as reivindicações contra a discriminação “racial” sempre opuseram, ainda que não em uníssono, os afetos e prazeres cuidadosamente “racializados”. Lutar contra a discriminação “racial” implicava que os militantes “negros” organizassem suas demandas afetivo-sexuais contra os mecanismos discriminatórios da sociedade abrangente, contraindo uniões “homocrômicas”.

Há, porém, uma clara distinção de gênero nessa vivência política: as mulheres “negras” pareciam articular o público e o privado na administração de suas vidas de maneira que a gravidez, a maternidade e a família fossem vividos de modo, digamos, mais ideológico que os homens. Não se pretende aqui apontar mocinhos e bandidos, mas antes meu interesse é pôr a descoberto um drama, uma tensão que se evidencia quando do enquadramento do desejo por um certo projeto político-ideológico, no caso, o dos afetos e prazeres “inter-raciais”.

Uma vez “racializada” nas relações de prestígio que marcam as distinções de gênero e de sexo, a mulher “branca” aparece como uma fonte fundamental de status. Lutar contra o “racismo” implica lutar também contra um certo tipo de desejo e de relação: o do homem “negro” pela mulher “branca” e vice-versa. Uma reivindicação que nos leva ao núcleo do argumento de Florestan Fernandes (1978): a crítica da miscigenação (e dos relacionamentos afetivo-sexuais “heterocrômicos”) como uma espécie de “instrumento de cooptação”.

Maggie (1991) analisou a importância da relação que Fernandes estabeleceu com seus informantes “negros” e militantes para a formulação de suas principais hipóteses acerca do problema da integração dos “negros” na sociedade de classes. Não pretendo me estender nessa discussão, pois ela extrapola os limites de minha abordagem. Seguindo, porém, a perspectiva da autora, vemos que também em Florestan Fernandes o foco reside na relação entre homem “negro” com mulheres “mais claras”, que funciona como o operador lógico da denúncia do preconceito “racial” e do engodo do “branqueamento”. Mais que ressaltar a possibilidade do “branqueamento” como um elemento de prestígio social e de campo de manobra contra a discriminação e o estigma da “cor negra”, como propôs Donald Pierson (1945), Fernandes – assim como os militantes que lutam contra a discriminação “racial” – focaliza esse anseio como desmobilizador da identificação do preconceito e, conseqüentemente, da construção de uma identidade “racial” positiva entre os “negros” e “mulatos”. Em outras palavras, os relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais”, em especial o do homem “mais escuro” com a mulher “mais clara”, funcionam nessa percepção como um tipo de “instrumento de cooptação” e, conseqüentemente, configuram-se como um elemento desagregador da identidade “racial” e desmobilizador da luta contra a discriminação “racial”.

Procurei apontar como a fala de Kiko pôs a descoberto dramas individuais que podem atingir, de fato, os militantes políticos como um todo: a tensão vivida no tênue equilíbrio entre as paixões políticas e as paixões eróticas como algo que evidencia a atualidade da peça *Sortilégio*, de Abdias do Nascimento (1959).

As situações anteriormente mencionadas tangenciam várias questões presentes na literatura clássica, notadamente aquelas que podem ser identificadas sob a rubrica da “integração dos negros na sociedade de classes”, construídas à luz da polarização, assimilação ou resistência dos valores da sociedade abrangente. Mas merecem um enquadramento distinto. A questão, aqui, não parece se encaixar no estereótipo do “negro socialmente branco” ou do “negro de alma branca”, uma idéia presente em vários clássicos, como Pierson (1945), Fernandes (1978) e outros,³ e celebrada como o sintoma de um desejo de “embranquecimento” por parte de “negros” e “mestiços”. Deve-se analisar essa questão com cuidado, e creio que seria o caso de perguntar o que significa o “desejo de embranquecer”. Trata-se de “branquear” a prole? De desejar uma mulher ou homem “brancos”? Ou de incorporar “hábitos brancos”? Por oposição, o que seriam hábitos “negros”? Candomblé ou samba, por exemplo? Nesse sentido, lembro da análise de Maggie (1992), que identificou um maior número de “brancos” e imigrantes entre os acusados de feitiçaria no período de repressão aos chamados cultos afro-brasileiros, assim como das análises de Fry (1982) acerca da incorporação de símbolos étnicos como símbolos de nacionalidade e do recurso, identificado em artigo recente (Fry, 2000), em que o autor afirma que “perhaps that is why the symbols of black identity were frequently taken from outside Brazil, such as reaggae in Maranhão, Hip Hop in Rio de Janeiro and São Paulo, and, finally, Africa it self, specially in Bahia, [...] [with] “afro” carnival groups” (p. 105).

O que gostaria de focalizar é o seguinte: várias trajetórias que analisei são marcadas por conflitos que podemos classificar como de “cor” e de “classe”. No entanto, a inserção e o pertencimento de alguns não excluem a auto-identificação como “negro”, tampouco a expressão de “orgulho étnico”. Como apontou Angela Figueiredo (1999), um projeto ascensional não é atualmente percebido e vivido em oposição ao “orgulho étnico-racial”. De fato, no campo dos afetos e desejos, foco desta análise, os atributos eróticos e de prestígio relacionados a “cor” e “classe” podem ser manipulados ou não. Além disso, talvez seja novamente o caso de perguntar o que significa “orgulho étnico-racial”: auto-classificar-se como “negro” ou autotransformar-se com um discurso que indica que a pessoa está “assumindo sua cor”? Ou, ainda, como desejava Abdias do Nascimento na peça *Sortilégio*, “assumir” a “cultura negra” como um ato de defesa contra a aculturação? Há um abismo entre essas percepções de identidade “racial”. Com propriedade, Figueiredo defende a emergência de uma “nova identidade negra’ nas duas últimas décadas” (p. 119). A publicidade e a produção de bens de consumo parecem

3. Para uma análise crítica da questão nos referidos autores, ver Figueiredo, 1999.

ser, nesse sentido, os principais símbolos dessa mudança social – algo que, segundo Márcia Lima (2001), ainda não aparece refletido nos dados sobre desigualdade e mobilidade social.

A principal forma que a idéia de “embranquecimento” tomou entre meus entrevistados – tal qual em Nelson Rodrigues (1987), Abdias do Nascimento (1959), Florestan Fernandes (1978), Roger Bastide (1959) e Costa Pinto (1953), guardadas as diferenças entre os autores – foi, de fato, a de categoria de acusação e denúncia.

Referências bibliográficas na pág. 8.

QUAL AIDS?

Heloisa Buarque de Almeida*

Nos últimos anos, a associação entre a reflexão e a metodologia de pesquisa antropológicas e os temas do campo da saúde tem gerado trabalhos relevantes. Devido ao contexto histórico-político mais amplo dos “problemas” sociais que ganham apoio institucional para a pesquisa, muitos se concentram na saúde reprodutiva e sexual e na Aids, como o caso deste livro de Simone Monteiro, originalmente sua tese de doutorado. Ademais, o desenvolvimento de uma agenda de questões ligadas à problemática “feminina” parece somar-se ao fato de que se privilegiam problemas de saúde associados à reprodução.

Tal contexto pode ser interpretado como um sintoma da construção simbólica do gênero que, particularmente e com grande força no campo da saúde, naturaliza uma série de associações com o universo feminino – sendo a própria medicina e a academia fortes vetores de construção do gênero na sociedade contemporânea.

Este livro demonstra como no caso da Aids e da prevenção relacionada à sexualidade a antropologia pode contribuir para criar uma relevante via de comunicação entre mundos em que linguagens e referências simbólicas são muito díspares – como a realidade dos jovens de classe popular do Rio de Janeiro e as concepções do universo médico. Neste âmbito, o reconhecimento da antropologia de lógicas culturais distintas é uma base fundamental para promover qualquer tipo de diálogo.

Simone Monteiro pretende demonstrar que não faz sentido para a população focar em “risco” de Aids quando a própria atividade sexual é considerada um risco em si. Aliás, neste ponto, a autora busca destacar e menciona diversos trabalhos sobre a particularidade das camadas populares e seu contexto mais relacional e holista, e gera curiosidade sobre em que medida tal noção se aproxima dos jovens de todas as classes sociais. Uma pesquisa comparativa com jovens de classe média poderia revelar em que medida a iniciação sexual constitui simbolicamente uma aventura e um “risco”.

De certo que a especificidade local – a favela de Vigário Geral, com a experiência recente da chacina, a precariedade na relação com o Estado (e a polícia em particular), a convivência cotidiana com o tráfico, muitas vezes visto como benfeitor local – acresce ainda mais elementos à relatividade da noção de “risco”, como perigo associado aos espaços públicos.

Monteiro fez um trabalho relevante e cuidadoso e cabe elogiar como ela demonstra a interação cotidiana de inúmeros aspectos, como o lugar social da escola, os sentidos atribuídos à família e à religião, o papel da polícia e do tráfico nas redes locais, e como tais instituições demonstram associações e lugares no cotidiano diferentes para moças e rapazes. O termo “gênero” no subtítulo refere-se à comparação entre trajetórias e construções simbólicas hegemônicas sobre o masculino e o feminino, e o gênero constitui aqui uma das categorias mais importantes para a compreensão das questões tratadas.

Considerando-se a realidade cotidiana desses jovens, nota-se, por fim, como a Aids está distante de seus problemas. Diante de uma amplitude de riscos e preocupações, o tema fundamental para as campanhas de prevenção parece simplesmente inexistir para a população estudada. Então, fica-se pendente com outra contribuição possível da observação etnográfica: entender, afinal, quais as demandas que advêm da realidade cotidiana local.

Qual Prevenção? Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca, de Simone Monteiro. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2002.

*Heloisa Buarque de Almeida é pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero, Pagu – Unicamp.

BRASIL VOLTA ATRÁS E NÃO APRESENTA À COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU SUA RESOLUÇÃO SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL

Em meio a muitas polêmicas e pressões, o Brasil retirou sua proposta de resolução sobre orientação sexual, que seria apresentada para votação na Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Genebra, Suíça, em abril.

A resolução brasileira visa proteger os direitos de todos os indivíduos, independente de sua orientação sexual. O Brasil

apresentou o projeto pela primeira vez à comissão em abril do ano passado, com o apoio da União Européia, mas a forte oposição do Vaticano e do bloco islâmico impediu a votação. O país pretende re-apresentá-la para votação na próxima reunião da comissão, em 2005.

ESTRATÉGIA OU RENDIÇÃO ÀS PRESSÕES?

Para o governo brasileiro, a retirada da proposta este ano foi estratégica, pois o projeto corria o risco de não obter votos suficientes, perdendo força política. Mas, segundo participantes do Comitê Brasileiro de Apoio à Resolução, houve, mais uma vez, muita pressão por parte de países islâmicos e católicos com forte influência do Vaticano, bem como dos Estados Unidos, que se opuseram ao projeto temendo que sua aprovação viesse a incentivar o casamento entre homossexuais, fato contrário à orientação da Casa Branca.

As delegações européias e várias organizações de direitos humanos apoiaram a proposta brasileira, muitas delas comprometendo-se a ajudar o Brasil a obter consenso em torno do tema, na votação do próximo ano.

As interpretações a respeito da retirada da proposta pelo Brasil variam entre uma estratégia da delegação e falta de empenho para que houvesse um posicionamento oficial favorável à resolução.

Referências bibliográficas

BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan (1959). *Branços e negros em São Paulo: Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. Coleção Brasileira, vol. 305. São Paulo, Cia. Ed. Nacional (2ª edição revista e ampliada).

BERQUÓ, Elza (1988). "Demografia da Desigualdade". *Novos Estudos*, nº 21, São Paulo, Cebrap, pp. 74-85.

CÂMARA, Cristina (2000) "Figuras Emblemáticas da Responsabilidade", in *Lugar Primeiro*, IFCS/UFRJ.

COSTA PINTO, L.A (1953) *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. Coleção Brasileira, Série 5, vol. 276, São Paulo, Cia Ed. Nacional.

FERNANDES, Florestan (1978). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Editora Ática, vol. 1.

FREYRE, Gilberto (1968). *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro, José Olympio. (Tomos 1 e 2).

FIGUEIREDO, Angela (1999). "Velhas e Novas 'Elites Negras'", in MAIO, M. C. & VILLAS-BÓAS, G. (orgs.), *Ideias de modernidade e sociologia no Brasil: Ensaio sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS.

FRY, Peter (2000). "Brazil: The Burden of the Past, the Promise of the Future". *Daedalus*, vol. 129, nº 2.

_____. (1996). "O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a 'política racial no Brasil'". *Dossiê Povo Negro – 300 anos, Revista da USP*, nº 28, pp. 122-135.

_____. (1982). *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar.

LIMA, Márcia (2001). "Serviço de branco, serviço de preto": um estudo sobre cor e trabalho no Brasil urbano. Tese de doutorado, PPGSA/IFCS/UFRJ.

MAGGIE, Yvonne (2001). "Os Novos Bacharéis". *Novos Estudos*, nº 59, São Paulo, Cebrap.

_____. (1992). *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

_____. (1991). *A ilusão do concreto: análise do sistema de classificação racial no Brasil*. Rio de Janeiro, Tese de Titular, IFCS/UFRJ.

MAUÉS, Maria Angélica M. (1991). "Da 'Branca Senhora' ao 'Negro Herói': A Trajetória de um Discurso Racial". *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 21, pp.15-31.

MOUTINHO, Laura (2001) *Razão, "cor" e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais 'inter-raciais' no Brasil e na África do Sul*. Tese de doutorado, PPGSA/IFCS/UFRJ.

NASCIMENTO, Abdias (1959). *Sortilégio: mistério negro*. Rio de Janeiro, Teatro Experimental do Negro.

PERLONGHER, Néstor (1987). *O negócio do michê*. São Paulo, Brasiliense.

PIERSON, Donald (1945). *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, Coleção Brasileira, série 5, vol. 241.

RAMOS, Guerreiro (1956). "Patologia Social do 'Branco' Brasileiro", in *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, Editorial ANDES.

RODRIGUES, Nelson (1987) "Anjo Negro", in MAGALDI, S. (org.) *Nelson Rodrigues: dramaturgia e encenações*. São Paulo, Editora Perspectiva/Edusp.

SILVA, Nelson do Valle (1987). "Distância Social e Casamento Inter-Racial no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 14, pp. 54-84.

_____. (1991). "Estabilidade Temporal e Diferenças Raciais no Casamento Inter-Racial". *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 21, pp. 49-60.

DIRETOR DO IMS
Ruben Mattos

EDITORA
Anna Paula Uziel

PROJETO GRÁFICO
tildesign :: Anna Amendola

VICE-DIRETORA DO IMS
Jane Russo

EDITORA ASSISTENTE
Silvana Afram

APOIO: Fundação Ford
TIRAGEM: 3.000 exemplares



CONSELHO EDITORIAL
Elaine Reis Brandão
Jane Galvão
Maria Luiza Heilborn
Margareth Arilha
Regina Maria Barbosa

Esta é uma publicação quadrimestral do Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Saúde e do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos - IMS/UERJ.